FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

B413p
3.ª ed.

Benveniste, Émile, 1902-1976.
Problemas de lingüística geral I ; tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri ; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. — 3.ª ed. — Campinas, SP : Pontes : Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991 — (Linguagem crítica)

Bibliografia.

ISBN 85-7113-015-9
1. Lingüística I. Título. II. Série

88-1909 CDD-410

Índice para catálogo sistemático:
1. Lingüística 410

ÉMILE BENVENISTE

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL I

Tradução:
Maria da Glória Novak
e
Maria Luiza Neri

Revisão do
Prof. Isaac Nicolau Salum

1991

sobrecompostos. O sistema é assim reparado, e os dois pares de oposições voltam a tornar-se simétricos. Ao presente, *je mange* [= "eu como"] opõe-se um perfeito *j'ai mangé* que fornece ao discurso 1.º uma ação acabada de presente (por exemplo, "*j'ai mangé*; je n'ai plus faim"); 2.º um anterior de presente (por exemplo, "quand *j'ai mangé*, je sors me promener"). Quando *j'ai mangé* se torna aoristo, recria-se um novo perfeito *j'ai eu mangé* que, paralelamente, dá 1.º uma ação acabada de aoristo (por exemplo, "*j'ai eu mangé* mon repas en dix minutes"); 2.º um anterior de aoristo (por exemplo, "*quand j'ai eu mangé*, je suis sorti"). Além disso, o paralelismo temporal é restabelecido entre os dois planos de enunciação: ao par *il mangea* (aoristo) : *il eut mangé* (perfeito) da narrativa histórica, o discurso responde agora com *il a mangé* (novo aoristo) : *il a eu mangé* (novo perfeito).

Demos aqui apenas um esboço sumário de um assunto vasto que exigiria longas análises e estatísticas pormenorizadas. O essencial estava em fazer evidenciar-se essas grandes divisões, às vezes pouco visíveis, que percorrem o sistema temporal do verbo francês moderno. Umas, como a distinção da narrativa histórica e do discurso, criam dois subsistemas de tempos e de pessoas verbais; a outra, a do presente e do perfeito, não é de ordem temporal; mas, a cada nível temporal, o perfeito contém duas funções que a sintaxe distingue: função de ação acabada e função de anterioridade, simetricamente distribuídas, em parte por refacção, entre a narrativa e o discurso. A tabela de uma conjugação de um verbo francês, em que esses paradigmas se alinhem, completos e uniformes, não deixa nem suspeitar que o sistema formal do verbo tem uma estrutura dupla (conjugação de presente e conjugação de perfeito), como é dupla essa organização temporal, fundada sobre relações e oposições que são a realidade da língua.

CAPÍTULO 20

a natureza dos pronomes[238]

No debate hoje aberto sobre a natureza dos pronomes, temos o hábito de considerar essas formas lingüísticas como formando uma mesma classe, formal e funcionalmente; à maneira, por exemplo, das formas nominais ou das formas verbais. Ora, todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, demonstrativos, etc.) A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as "instâncias do discurso", isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.

Deve considerar-se, em primeiro lugar, a situação dos pronomes pessoais. Não é suficiente distingui-los dos outros pronomes por uma denominação que os separe. É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu, tu, ele*, abole justamente a noção de "pessoa".

238. Extraído de *For Roman Jakobson*, Mouton & Co., Haia, 1956.

Esta é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*. Essa diferença natural sobressairá da análise de *eu*.

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus* da enunciação lingüística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. O enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. Pode imaginar-se um texto lingüístico de grande extensão — um tratado científico, por exemplo — em que *eu* e *tu* não aparecem nem uma única vez; inversamente seria difícil conceber um curto texto falado em que não fossem empregados. Entretanto, os outros signos da língua se distribuiriam indiferentemente entre esses dois gêneros de textos. Fora dessa condição de emprego, que já é distintiva, destacaremos uma propriedade fundamental, e aliás manifesta, de *eu* e *tu* na organização referencial dos signos lingüísticos. Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e "objetiva", apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há "objeto" definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.

Qual é, portanto, a "realidade" à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma "realidade de discurso", que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de "locução", não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa "a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*". Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. Se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu*, proferidas pela mesma voz, nada ainda me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a um outro. É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o

contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve ser tomado; a forma *eu* só tem existência lingüística no ato de palavras que a profere. Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido. A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o "indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*". Conseqüentemente, introduzindo-se a situação de "alocução", obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o "indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*". Essas definições visam *eu* e *tu* como uma categoria da linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem. Não consideramos as formas específicas dessa categoria nas línguas dadas, e pouco importa que essas formas devam figurar explicitamente no discurso ou possam aí permanecer implícitas.

Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de "indicadores" que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes — uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais.

São, em primeiro lugar, os demonstrativos: *este*, etc. na medida em que se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa, como no lat. *hic/iste*. Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: *esse* será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância de discurso, a referência implícita na forma (por exemplo, *hic* oposto a *iste*) associando-o a *eu*, a *tu*. Fora dessa classe, mas no mesmo plano e associados à mesma referência, encontramos os advérbios *aqui* e *agora*. Poremos em evidência a sua relação com *eu* definindo-os: *aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*. Essa série não se limita a *aqui* e *agora*; é acrescida de grande número de termos simples ou complexos que procedem da mesma relação: *hoje, ontem, amanhã, em três dias*, etc. Não adianta

nada definir esses termos e os demonstrativos em geral pela *deixis*, como se costuma fazer, se não se acrescenta que a *deixis* é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa; dessa referência o demonstrativo tira o seu caráter cada vez único e particular, que é a unidade da instância de discurso à qual se refere.

O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso. De fato, desde que não se visa mais, pela própria expressão, essa relação do indicador à instância única que o manifesta, a língua recorre a uma série de termos distintos que correspondem um a um aos primeiros, e que se referem não mais à instância de discurso mas aos objetos "reais", aos tempos e lugares "históricos". Daí as correlações como *eu : ele — aqui : lá — agora : então — hoje : no mesmo dia — ontem : na véspera — amanhã : no dia seguinte — na próxima semana : na semana seguinte — há três dias : três dias antes*, etc. A própria língua revela a diferença profunda entre esses dois planos.

Tratamos muito levemente e como incontestável a referência ao "sujeito que fala" implícita em todo esse grupo de expressões. Despoja-se da sua significação própria essa referência se não se discerne o traço pelo qual se distingue dos outros signos lingüísticos. Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas "pronominais" não remetam à "realidade" nem a posições "objetivas" no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos "vazios", não referenciais com relação à "realidade", sempre disponíveis, e que se tornam "plenos" assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu*

que cada um dos locutores se propõe alternadamente como "sujeito". Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra. Se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irredutível, dispusesse de um "indicativo" distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu "indicativo" próprio), haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. Assim, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor.

O caráter sistemático da linguagem faz com que a apropriação assinalada por esses indicadores se propague na instância de discurso a todos os elementos susceptíveis de aí "concordar" formalmente; antes de tudo, por processos variáveis segundo o tipo de idioma, com o verbo. Devemos insistir sobre este ponto: a "forma verbal" é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato. Não pode comportar nenhuma forma virtual e "objetiva". Se o verbo é usualmente representado pelo seu infinitivo como entrada de léxico para inúmeras línguas, isso é pura convenção; o infinitivo em língua é totalmente diferente do infinitivo da metalíngua lexicográfica. Todas as variações do paradigma verbal, aspecto,

tempo, gênero, pessoa, etc. resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso, principalmente o "tempo" do verbo, que é sempre relativo à instância na qual figura a forma verbal. Um enunciado pessoal finito se constitui, pois, sobre um plano duplo: emprega a função denominativa da linguagem para as referências de objeto que esta estabelece como signos lexicais distintivos, e organiza essas referências de objeto com a ajuda de indicadores auto-referenciais correspondentes a cada uma das classes formais que o idioma reconhece.

Será sempre assim? Se a linguagem em exercício se produz por necessidade em instâncias discretas, essa necessidade a destinará também a só consistir de instâncias "pessoais"? Sabemos empiricamente que não. Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação "objetiva". É o domínio daquilo a que chamamos a "terceira pessoa".

A "terceira pessoa" representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva.

Assim, na classe formal dos pronomes, os chamados de "terceira pessoa" são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, pela sua função e pela sua natureza. Como já se viu há muito tempo, as formas como *ele*, *o*, *isso*, etc. só servem na qualidade de substitutos abreviativos: "Pierre est malade; *il* a la fièvre [= Pedro está doente; *ele* está com febre]"; substituem um ou outro dos elementos materiais do enunciado ou revezam com eles. Essa função, porém, não se prende somente aos pronomes; pode ser cumprida por elementos de outras classes; conforme o caso, em francês, por certos verbos: "cet enfant écrit maintenant mieux qu'il ne *faisait* l'année dernière [= esta criança escreve melhor agora do que o *fazia* no ano passado]". É uma função de "representação" sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes "partes do discurso", e que corresponde a uma

necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado e até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. Assim, não há nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa.

O fato de que a "terceira pessoa" é realmente uma "não-pessoa" certos idiomas o mostram literalmente[239]. Para tomar apenas um exemplo entre muitos, eis como se apresentam os prefixos pronominais possessivos nas duas séries do yuma (Califórnia): primeira pessoa *ʔ*-, segunda *m*-, *man*^{y}-; terceira zero, *n*^{y}-[240]. A referência de pessoa é uma referência zero fora da relação *eu/tu*. Em outros idiomas (indo-europeus principalmente), a regularidade da estrutura formal e uma simetria de origem secundária dão a impressão de três pessoas coordenadas. É principalmente o caso das línguas modernas de pronome obrigatório nas quais *ele* parece, continuando *eu* e *tu*, membro de um paradigma de três termos; ou da flexão indo-européia de presente, com *-mi*, *-si*, *-ti*. Na verdade a simetria é somente formal. O que é preciso considerar como distintiva da "terceira pessoa" é a propriedade 1.° de se combinar com qualquer referência de objeto; 2.° de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3.° de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4.° de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc.

Uma análise, mesmo sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais leva assim a reconhecer classes de natureza totalmente diferentes e, em conseqüência, a distinguir, de um lado, a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios.

239. Ver nesse sentido *B.S.L.* XLIII (1946), p. 1 ss.; e acima, cap. 18.
240. Segundo A. M. Halpern, no seu artigo "Yuma", *Linguistic structures of native America*, ed. Harry Hoijer and others (= *Viking fund publications in anthropology*, 6), 1946, p. 264.